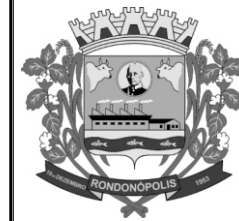


TRABALHO INFANTIL

Até quando essa Vergonha?



Fique de olho.
Criança não trabalha.
Estuda e brinca.



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1066 - Sexta-feira, 15 de Julho de 2005

PODER EXECUTIVO

Lei

LEI Nº 4.597, DE 13 DE JULHO DE 2005.

Dispõe sobre obrigar os promotores de eventos com fins lucrativos, destinados ao público geral, a reservar espaço adequado para pessoas portadoras de necessidades especiais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Torna-se obrigatório a reserva de local apropriado para acesso e permanência de pessoas maiores de 65 anos de idade e de portadoras de necessidades especiais, de forma a acomodá-las adequadamente.

I - O Poder Público deverá fazer constar no alvará, a obrigatoriedade do que se refere o *caput* deste artigo, como condicional à realização do evento.

II - Deverão ser reservados, no mínimo, 02 (dois) lugares para cada 100 (cem) ingressos vendidos.

Art. 2º - O promotor de eventos pessoais ou jurídicos, bem como a casa que o realiza respondem solidariamente pela inobservância desta lei.

Parágrafo único - O descumprimento, no todo ou em parte dos dispositivos de que trata esta lei, implicará o pagamento de multa pecuniária, equivalente a (dois) salários mínimos vigentes.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 13 de julho de 2005; 89º da Fundação
e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Decreto

DECRETO Nº 4.072, DE 15 DE JULHO DE 2005.

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO EMERGENCIAL NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 24 da Lei nº 1.993 de 1993 e,

Considerando que o SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis é uma autarquia que presta serviços essenciais diretamente à população do município;

Considerando que os serviços de operação, manutenção e conservação do sistema público de Coleta e disposição final de Resíduos Sólidos não poderão sofrer solução de continuidade sob pena de prejuízo à saúde da população rondonopolitana;

Considerando finalmente que os serviços essenciais não poderão ser paralisados, e que está em fase final de elaboração o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que estabelecerá as diretrizes necessárias para uma melhor prestação de serviços à comunidade, visando também maior economicidade para a Autarquia Municipal, sem que com isso ocorram graves danos e prejuízos aos munícipes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada pela falta de operação, manutenção e conservação do sistema público de Coleta e disposição final de Resíduos Sólidos do município de Rondonópolis - MT, considerada como Situação de Emergência nos termos da legislação vigente.

Expediente

Prefeito Municipal: Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito: Manoel Machado
Secretaria de Ação Social: Rosemar Lindo Sachetti
Secretaria de Administração: Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente: Elcio Rásia
Secretaria de Educação: Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer: Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças: Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo: Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento: Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria da Receita: Edénio Avelino Santos
Secretaria de Saúde: Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano: João Batista de Oliveira
Procurador Geral do Município: Adilson Pinto da Silva
CODER: Milton Luiz Araújo
SANEAR: Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município: Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO: Josemar Ramiro da Silva

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: Gastão de Matos
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$ 160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros	
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

Continuação fls. 02 do Decreto nº 4.072/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo a sua duração se estender pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 15 de julho de 2005;89º da Fundação
e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.073, DE 15 DE JULHO DE 2005.

Acrescenta Parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 4.048 de 15/06/2005, que dispõe sobre a 2ª Conferência Local das Cidades, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescentado Parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 4.048 de 15/06/2005, com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica convocada a 2ª Conferência Local das Cidades, a realizar-se de 18 a 19 de julho de 2005 em Rondonópolis-MT sob a Coordenação da Secretaria do Governo Municipal.

Parágrafo único - Os Municípios pertencentes ao Pólo de Rondonópolis, são os seguintes:

Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Dom Aquino, Campo Verde, Gaúcha do Norte, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Poxoréu, Primavera do Leste, Santo Antonio do Leste, São José do Povo, São Pedro da Cipa e Tesouro. ”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Rondonópolis, 15 de julho de 2005;89º da
Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Arquivado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Notificação

Venho através deste, encaminhar a relação de notificações, embargos e auto de infrações, para publicação (relacionadas abaixo).

ITEM	NOTIFICAÇÃO	IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	BAIRRO	QD	LT	INTIMAÇÃO
01	200501627	675083	POSTO ROO LOCATELLI LTDA	PQ IND VETORASSO	5	19	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
02	200501594 EMBARGO	409332	LEOIR CARRINHO MOURÃO	VL JOSE LUIZ	3	2A	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
03	200501742	88226	MOHAMED IBRAHIM CHARANRK	VL MARINOPOLIS	13	11	RETIRAR ENTULHO DO LOGRADOURO
04	200501745 EMBARGO		DALVA T GOUVEIA ME	CENTRO A			PARAR A OBRA DE IMEDIATO
05	200501751 AUTO DE INFRAÇÃO	10243	JOSE HENRIQUE BARBOSA	CENTRO A	029	003	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
06	200501752 EMBARGO	385972	IVONIR SERAFIM	JD BELO HORIZONTE	86B	19	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
07	200501753 AUTO DE INFRAÇÃO	385972	IVONIR SERAFIM	JD BELO HORIZONTE	86B	19	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
08	200501757	186627	CREOFILO FERREIRA DA MOTA	JD GUANABARA		1B	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
09	200501759 EMBARGO	178861	ANAILTON JOSE DOS SANTOS	N H VERDELHO		18	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
10	200501760 AUTO DE INFRAÇÃO	178861	ANAILTON JOSE DOS SANTOS	N H VERDELHO		14	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
11	200501761	4729	OSVALDO VIEIRA JIMENEZ	CENTRO A	039	04C	RETIRAR A AREA COBERTA DO LOGRADOURO
12	200501762	406074	MOACIR ZACARIAS PEREIRA	JD BELO HORIZONTE	5	5	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
13	200501795	516236	PEDRO JOSE CANEVA DA SILVA	N H SÃO JOSE I	18	06	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
14	200501747	35076	DIELSON DE OLIVEIRA CRACHET	CENTRO B	31	6	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
15	200501790	29119	JOSE GAMA FERREIRA	VL SÃO PEDRO	7	1	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
16	200501749	368520	LARI KOLLN	JD MORUMBI	018	014	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
17	200501728 AUTO DE INFRAÇÃO	399477	ROSEMARY MAZZUCO	VL BIRIGUI	26	1	COMPARECER AO DEPARTAMENTO DE FISC OBRAS
18	200501729 AUTO DE INFRAÇÃO	397512	LILIAN CRISTINA G M DE MELLO	VL BIRIGUI	9	11	COMPARECER AO DEPARTAMENTO DE FISC OBRAS
19	200501730 EMBARGO	393398	ARMINDO FREIRE CARRASQUEIRA	CENTRO A	15	3B	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
20	200501735 EMBARGO	378232	ANTONIO MIGUEL W DOS SANTOS	JD BELO HORIZONTE	46	4	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
21	200501736 EMBARGO	380733	MARIA DA GLORIA G DOS SANTOS	JD BELO HORIZONTE	59A	16	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
22	200501739 AUTO DE INFRAÇÃO	94137	CELSO FRANCISCO DE OLIVEIRA	LOT MONTE LIBANO	6	3/4	RETAURAR A GUIA DE MEIO FIO
23	200501743 EMBARGO	13692	IGREJA PRESBITERIANA DE ROO	CENTRO A	037	009	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
24	200501781	14796	JOAO BATISTA HONORIO DOS ANJOS	CENTRO A	039	05C	RETIRAR AS MESAS DO PASSEIO PUBLICO
25	200501782	14788	NOEMIA SOARES DA COSTA	CENTRO A	039	05D	RETIRAR AS MESAS DO PASSEIO PUBLICO
26	200501789 AUTO DE INFRAÇÃO	13692	IGREJA PRESBITERIANA DE ROO	CENTRO A	037	009	PARAR A OBRA DE IMEDIATO
27	200501791	6599	ABEL ANICESIO DE OLIVEIRA	CENTRO A	014	1A	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
28	200501793	105597	FRANCISCO BATISTA DE ASSIS	VL MARIANA	4	8A	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
29	200501839	162418	ALFREDO MIGUEL SABO	CIDADE SALMEM	41	1/18	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
30	200501792 AUTO DE INFRAÇÃO	267228	JOSE LUCIO MENDONÇA	VL AURORA II PTE	108	04	COMPARECER A PREFEITURA
31	200501825	65943	IRENE BARBOSA DE BRITO	JD IGUAU PTE I	11	12	REQUERER O ALVARA DE ACEITE

Rondonópolis (Mt) 30 de Maio de 2005.

Parecer -039/2005

INTERESSADO: VALDECIR LOURENÇO MARTINS.

Requerimento protocolado nº. 2570 – 27/05/2005

Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat - Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, da parecer a respeito do processo de renovação (recadastramento) do moto – taxista Sr: VALDECIR LOURENÇO MARTINS, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

O interessado é Funcionário Público Municipal, na função de Agente de Fiscalização de Trânsito, diante de tal função pública, fora solicitada à procuradoria geral do município, parecer sobre a compatibilidade ou incompatibilidade do referido funcionário exercer outra atividade remuneratória, fora do serviço público, porém em atividade que tem como dever, fiscalizar.

Diante do parecer número 0003/05 de 04 de Janeiro de 2005, o procurador geral do município, Sr. Adilton Pinto da Silva, juntamente com a procuradora do município Srª. Marinelly de Araújo Viégas Orlatto, (anexo 01) proferiram o seguinte parecer:

“Após análise dos comportamentos e procedimentos proibidos ao funcionário ou servidor público municipal, instituídos pela Lei nº 1.752/90, art. 132, XVIII, que logo abaixo transcreveremos, concluímos pela incompatibilidade das funções exercidas pelo servidor, sendo vejamos:

Art. 132 – Ao Funcionário é proibido:

XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário do trabalho”.

Assim sendo, em razão da expressa incompatibilidade funcional, vislumbra no parecer nº 0003/05, da procuradoria geral do município, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do moto – taxista o Sr. VALDECIR LOURENÇO MARTINS

Este é o parecer.

João Batista de Oliveira
Secretário de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano

Rondonópolis (Mt) 31 de Maio de 2005.

Parecer -043/2005

INTERESSADO: GERI ADRIANI DIAS DE GUIMARAES

Requerimento protocolado nº. 2639 – 30/05/2005

Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat- Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, da parecer a respeito do processo de renovação (recadastramento) do moto – taxista Sr: GERI ADRIANI DIAS DE GUIMARAES, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos: Certidão nº 6445 do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ação Criminal Promovida contra o Sr. GERI ADRIANI DIAS DE GUIMARAES; Distribuído em 14/3/2005 para Quinta Vara (Juizado Especial), registrado na Escrivania no livro : Inquérito sob número 2005/312. Código: 346182 Ação Criminal – Invasão do Domicílio Autor (a) : Justiça Pública Obs: Existem Outras Partes Autoras.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM MOTOCICLETA é regulamentado pela Lei nº 3.508/01 e o Decreto 3.353.

A redação do artigo 3º, da referida Lei, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de moto taxista, por meio de Alvará.

Como a autorização é válida por um ano, no caso da renovação (recadastramento) deverá, novamente, serem provados os requisitos do artigo 3º dentre deles, o comprovante, através de Certidão de que não lhe é movido nenhum processo Criminal (inciso IX).

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, mas em especial o cidadão usuário, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

A exigência da Certidão Criminal como requisito para autorização da prestação de serviço de moto taxista não é ilegal nem inconstitucional, por se tratar de um serviço de utilidade pública, sob o controle da Administração pública, devendo o interessado observar as regras regulamentadora do serviço (TJMT,Apel.Civel.21.686-Classe II – 19- 2ª Câmara Civil- DJMT. 17.06.1999).

Assim sendo, em razão do não preenchimento da exigência do artigo 3º IX, da lei 3.508/01, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do moto taxista o Sr. GERI ADRIANI DIAS DE GUIMARAES

Este é o parecer.

Alexandre de Azevedo Torres
Chefe do Departamento de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano

SEM VALOR JURÍDICO

ÁGUA LIMPA E PARADA: É DISSO QUE O MOSQUITO DA DENGUE GOSTA.

EVITE ÁGUA LIMPA E PARADA EM PNEUS, PRATOS DE PLANTAS, XAXINS, GARRAFAS, LATAS E EM OUTROS RECIPIENTES. TAMPE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS, TAMBORES E OUTROS DEPOSITOS DE ÁGUA.

Ministério da Saúde
Brasil
EM AÇÃO

Certidão nº 16748 do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ação Criminal promovida contra o Sr: **NÉLIO FARIA DE ÁVILA**, distribuído em 01/07/2004 para Segunda Vara Criminal, registrado na Escrivania no livro: Processo número 2004/80. Código: 293786, Ação Crime - Espécie: A. classificar.

Autor (a) : Justiça Pública
Obs: Existem Outra Partes Autoras.
DENUNCIADOS NO ART. 1º, INC; II C/C INC. I DO § 4º C/C § 5º DA LEI Nº 9.455/97 C/C ART. 70 DO CP. E OUTROS.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM MOTOCICLETA é regulamentado pela Lei nº 3.508/01 e o Decreto 3.353.

A redação do artigo 3º, da referida Lei, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de mototaxista, por meio de Alvará.

Como a autorização é válida por um ano, no caso da renovação (recadastramento) deverá, novamente, serem provados os requisitos do artigo 3º dentre deles, o comprovante, através de **Certidão** de que não lhe é movido nenhum **processo Criminal (inciso IX)**.

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

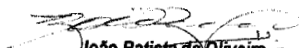
Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, **mas em especial o cidadão usuário**, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

A exigência da Certidão Criminal como requisito para autorização da prestação de serviço de moto-taxista não é ilegal nem inconstitucional, por se tratar de um serviço de utilidade pública, sob o controle da Administração pública, devendo o interessado observar as regras regulamentadora do serviço (TJMT,Apel.Cível 21.686-Classe II – 19- 2ª Câmara Civil-DJMT. 17.06.1999).

Assim sendo, em razão do não preenchimento da exigência do artigo 3º IX, da lei 3.508/01, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do mototaxista o Sr. **NÉLIO FARIA DE ÁVILA**.

Este é o parecer.


João Batista de Oliveira
Secretário de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano

Rondonópolis (Mt) 30 de Maio de 2.005.

Parecer -037/2005

INTERESSADO: MUNIR CARLOS CRUVINEL
Requerimento protocolado nº. 2526 - 25/05/2005
Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente ao ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, da parecer a respeito do processo de renovação (recadastramento) do moto – taxista Sr: **MUNIR CARLOS CRUVINEL**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos: **Certidão nº 16814** do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ação Criminal promovida contra o Sr: **MUNIR CARLOS CRUVINEL**, distribuído em 09/07/2004 para Segunda Vara Criminal, registrado na Escrivania no livro: Inquérito sob número 2004/165. Código: 293882, Ação Crime - Espécie: Negligência.

Autor (a) : Justiça Pública
Obs: Existem Outras Partes Autoras.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM MOTOCICLETA é regulamentado pela Lei nº 3.508/01 e o Decreto 3.353.

A redação do artigo 3º, da referida Lei, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de mototaxista, por meio de Alvará.

Como a autorização é válida por um ano, no caso da renovação (recadastramento) deverá, novamente, serem provados os requisitos do artigo 3º dentre deles, o comprovante, através de **Certidão** de que não lhe é movido nenhum **processo Criminal (inciso IX)**.

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, **mas em especial o cidadão usuário**, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

A exigência da Certidão Criminal como requisito para autorização da prestação de serviço de moto-taxista não é ilegal nem inconstitucional, por se tratar de um serviço de

SETRAT– Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano
DETRAT – Departamento de Transporte e Trânsito .

Avenida Cuiabá nº 1.760- Centro – Fone: 0XX (66) 411-5300 – CEP. 78 700.190 – Rondonópolis-Mt.

utilidade pública, sob o controle da Administração pública, devendo o interessado observar as regras regulamentadora do serviço (TJMT,Apel.Cível 21.686-Classe II – 19- 2ª Câmara Civil-DJMT. 17.06.1999).

Assim sendo, em razão do não preenchimento da exigência do artigo 3º IX, da lei 3.508/01, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do mototaxista o Sr. **MUNIR CARLOS CRUVINEL**.

Este é o parecer.


João Batista de Oliveira
Secretário de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano

Rondonópolis (Mt) 30 de Maio de 2005.

Parecer -038/2005

INTERESSADO: JOAQUIM MARCOLINO DA SILVA
Requerimento protocolado nº. 2521 – 25/05/2005
Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente ao ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, da parecer a respeito do processo de renovação (recadastramento) do moto – taxista Sr: **JOAQUIM MARCOLINO DA SILVA**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos: Cópia da Carteira Nacional de Habilitação, de registro 00005336708, emitida no dia 26/05/2004, do Condutor **JOAQUIM MARCOLINO DA SILVA**, nas observações, o seguinte: **VEDADA ATIVIDADE REMUNERADA**.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM MOTOCICLETA é regulamentado pela Lei nº 3.508/01 e o Decreto 3.353.

A redação do artigo 3º, da referida Lei, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de mototaxista, por meio de Alvará.

O referido Condutor preencheu todos os requisitos listados no art. 3º da Lei nº 3508/01, porém a CNH dele, vem o exercício da profissão hora requerida, senão vejamos:

“Art. 14.º O Candidato a habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem”:

3º “O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito – Contran”.

No artigo supra, em seu parágrafo transcrito, fica determinado que o condutor que for exercer atividade remunerada utilizando-se para tanto, sua Carteira Nacional de Habilitação, deverá constar na mesma tal especificação.

Como existe especificação na CNH, que é vedada atividade remunerada, então o próprio DETRAN-MT impede que o mesmo exerça a função ora pleiteada.

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, **mas em especial o cidadão usuário**, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

Com a restrição do DETRAN-MT, informando que o referido condutor não pode exercer atividade remunerada.

Assim sendo, em razão da expressa determinação do DETRAN-MT, impedindo que o referido condutor exerça atividade remunerada, a qual necessite da CNH para a função, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do moto – taxista o Sr. **JOAQUIM MARCOLINO DA SILVA**.

Este é o parecer.


João Batista de Oliveira
Secretário de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano


Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE: “TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2005.”

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, toma público a todos interessados que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 027/2005, cuja abertura se deu no dia 06/07/2005, às 9:00 horas, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto a **“LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO”**, por um período de 24 meses, foram considerados **HABILITADOS, CLASSIFICADOS E VENCEDORES** deste certame licitatório:

- **JOSÉ CARDOSO APARECIDO, referente ao item 01, no valor total de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil, quatrocentos reais).**
- **AGDA REZENDE CARDOSO, referente ao item 02, no valor total de R\$ 50.880,00 (cinquenta mil, oitocentos e oitenta reais).**
- **CREUZA DE JESUS ALMEIDA, referente ao item 03, no valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).**
- **ANTÔNIO CARLOS DE ÁVILA, referente ao item 04, no valor total de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).**
- **HORDÁLIA RODRIGUES MANGABEIRA, referente ao item 05, no valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).**
- **PEDRO BARBOSA SEIXAS, referente ao item 06, no valor total de R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais).**
- **JOSÉ ANTÔNIO FELIZARTI, referente ao item 07, no valor total de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).**
- **ADALTO TEIXEIRA, referente ao item 08, no valor total de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).**
- **NAIR DUARTE DE OLIVEIRA ARAÚJO, referente ao item 09, no valor total de R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).**
- **DENILSON ROBERTO SODRÉ DE OLIVEIRA, referente ao item 10, no valor total de R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos reais).**
- **LOURENÇO ROSÁRIO SALES, referente ao item 11, no valor total de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).**
- **BENEVENUTO ALVES DA COSTA, referente ao item 12, no valor total de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).**
- **NESTOR PAULO DE JESUS, referente ao item 13, no valor total de R\$ 11.200,00 (deze mil e duzentos reais).**
- **IRINEU RODRIGUES DE AMORIM, referente ao item 14, no valor total de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).**

Rondonópolis-MT, 14 de julho de 2005.


SÍLVIA MARIA DE MOURA BONJOUR.
Presidente da Comissão de Licitação.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

AVISO DE LICITAÇÃO.
TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2005.
TIPO DESTA LICITAÇÃO: “MENOR PREÇO”.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 526, Bairro Vila Aurora, toma público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a **tomada de preços em epígrafe às 09:00 horas do dia 05 (cinco) de agosto de 2005**, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes nºs 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para a execução do seguinte objeto:

“AMPLIAÇÃO E REFORMA DO POSTO DE SAUDE DA FAMÍLIA VILA VERDE”

A presente Licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, e alterações posteriores, e nas condições estabelecidas neste edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, no endereço acima citado, mediante o prévio da importância de junto à Tesouraria desta Prefeitura, na importância de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, valor este que se refere ao custo efetivo de reprodução gráfica do edital e seus anexos, no horário das 12:00 às 18:00 horas.

Rondonópolis-MT, 11 de julho de 2005.


SÍLVIA MARIA DE MOURA BONJOUR.
Presidente da Comissão de Licitação.

Parecer

Rondonópolis (Mt) 08 de Março de 2.005.

Parecer -008/2.005

INTERESSADO: **ADEMIR MOREIRA**
Requerimento protocolado nº. 646- 08/03/2.005

Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 057/2.005, obedecendo o decreto de nº 2773/1995.

Setrat – Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, da parecer a respeito do processo de renovação (recadastramento) do taxista Sr: **ADEMIR MOREIRA**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de táxi.

Consta nos Autos: **Certidão de Condutor do DETRAN-MT**, emitida no dia 18/02/2005, do Condutor Ademir Moreira, nas observações, o seguinte: **VEDADA ATIVIDADE REMUNERADA**.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS DENOMINADO SERVIÇO DE TÁXI é regulamentado pelo o Decreto nº 2773/95.

A redação dos artigos 3º e 7º do referido decreto, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de táxi, por meio de Alvará.

O referido Condutor preencheu todos os requisitos listados no art. 2º e 7º do Decreto nº 2773/95, porém a CNH dele, vem o exercício da profissão hora requerida, senão vejamos:

Art. 14.º O Candidato a habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem”:

SETRAT– Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano
DETRAT – Departamento de Transporte e Trânsito
Avenida Cuiabá nº 1.760- Centro – Fone: 0XX (66) 411-5300 – CEP. 78 700.190 – Rondonópolis-Mt.

3º “O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito – Contran”.

No artigo supra, em seu parágrafo transcrito, fica determinado que o condutor que for exercer atividade remunerada utilizando-se para tanto, sua Carteira Nacional de Habilitação, deverá constar na mesma tal especificação.

Como existe especificação na Certidão do Condutor, que é vedada atividade remunerada, então o próprio DETRAN-MT impede que o mesmo exerça a função ora pleiteada.

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, **mas em especial o cidadão usuário**, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

Com a restrição do DETRAN-MT, informando que o referido condutor não pode exercer atividade remunerada.

Assim sendo, em razão da expressa determinação do DETRAN-MT, impedindo que o referido condutor exerça atividade remunerada, a qual necessite da CNH para a função, **fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do taxista o Sr. ADEMIR MOREIRA**.

Este é o parecer.


João Batista de Oliveira
Secretário Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano

Rondonópolis (Mt) 28 de Abril de 2.005.

Parecer – 018/2005**INTERESSADO: JOSENILDO PEREIRA DE SOUZA****Requerimento protocolado nº. 1483 – 27/04/2.005**

Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2005, obedecendo à lei 3508/2001 e decreto de nº 3353/2001.

Setrat – Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, da parecer, a respeito do **processo de renovação (recadastramento)** do moto taxista Sr: **JOSENILDO PEREIRA DE SOUZA**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos: **Certidão de Condutor do DETRAN-MT**, emitida no dia 19/04/2005, do Condutor Josenildo Pereira de Souza, nas restrições Administrativa/Judicial, o seguinte: **COM RESTRIÇÃO ADMIN/JUDICIÁRIA**.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS DENOMINADO SERVIÇO DE TÁXI é **regulamentado pelo o Decreto nº 3353/2001**.

O referido Condutor preencheu todos os requisitos listados no art. 3º do Decreto nº 3353/01, porém a CNH deste, consta restrição administrativa/judiciária.

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

SETRAT – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano

DETRAT – Departamento de Transporte e Trânsito

Avenida Cuiabá nº 1.760- Centro – Fone: 0XX (66) 411-5300 – CEP. 78 700.190 – Rondonópolis-Mt.

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, mas em especial o cidadão usuário, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

Com a restrição do DETRAN-MT informando que o referido condutor possui restrições administrativas/judiciais e a restrição apresentada na certidão do condutor, expedida pelo DETRAN-MT, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do moto taxista Sr. **JOSENILDO PEREIRA DE SOUZA**.

Este é o parecer.


Alexandre de Azevedo Torres
CHEFE DE DEPARTAMENTO

Rondonópolis (Mt) 04 de Maio de 2.005.

Parecer -022/2005**INTERESSADO: HERALDO CARLOS DOS SANTOS****Requerimento protocolado nº. 1819/05 – 30/04/2.005**

Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat- Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, da parecer a respeito do processo de **renovação (recadastramento)** do mototaxista Sr: **HERALDO CARLOS DOS SANTOS**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos: **Certidão nº 16702** do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ação Criminal promovida contra o Sr: **HERALDO CARLOS DOS SANTOS**; distribuído em 01/07/2000 para Segunda Vara Criminal, registrado na Escrivania no livro: Processo número 1999/756. Código: 221818, Ação Crime - Espécie: Cp- Quadrilha ou Bando; Art. 155, P.4, IV, c/c 29 ambos do CP (Estupro), com aumento no art. 71, ambos de C.P. Autor (a): Justiça Pública

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM MOTOCICLETA é **regulamentado pela Lei nº 3.508/01 e o Decreto 3.353**.

A redação do artigo 3º, da referida Lei, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de mototaxista, por meio de Alvará.

Como a autorização é válida por um ano, no caso da renovação (recadastramento) deverá, novamente, serem provados os requisitos do artigo 3º dentre deles, o comprovante, através de **Certidão** de que não lhe é movido nenhum processo Criminal (inciso IX).

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

SETRAT – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano

DETRAT – Departamento de Transporte e Trânsito

Avenida Cuiabá nº 1.760- Centro – Fone: 0XX (66) 411-5300 – CEP. 78 700.190 – Rondonópolis-Mt.

Rondonópolis (Mt) 10 de Maio de 2.005.

Parecer -031/2005**INTERESSADO: JOSÉ MARTINS DE ARAÚJO****Requerimento protocolado nº. 1931 – 30/04/2005**

Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat- Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, profere parecer a respeito do processo de **renovação (recadastramento)** do mototaxista Sr: **JOSÉ MARTINS DE ARAÚJO**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos: **Certidão nº 16751** do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ação Criminal promovida contra o Sr: **JOSÉ MARTINS DE ARAÚJO**; redistribuído em 20/12/2002 para Segunda Vara Criminal, registrado na Escrivania no livro: Processo número 2002/446. Código: 279422, Ação Crime - Espécie: Pa – Porte Ilegal de Arma, Inquérito Policial Número: 2001380.

Autor (a): Ministério Público

Denunciado no art. 10 de lei 9.437/97.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM MOTOCICLETA é **regulamentado pela Lei nº 3.508/01 e o Decreto 3.353**.

A redação do artigo 3º, da referida Lei, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de mototaxista, por meio de Alvará.

Como a autorização é válida por um ano, no caso da renovação (recadastramento) deverá, novamente, serem provados os requisitos do artigo 3º dentre deles, o comprovante, através de **Certidão** de que não lhe é movido nenhum processo Criminal (inciso IX).

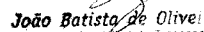
O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

SETRAT – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano

DETRAT – Departamento de Transporte e Trânsito

Avenida Cuiabá nº 1.760- Centro – Fone: 0XX (66) 411-5300 – CEP. 78 700.190 – Rondonópolis-Mt.


João Batista de Oliveira
Secretário de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, mas em especial o cidadão usuário, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

A exigência da Certidão Criminal como requisito para autorização da prestação de serviço de moto-taxista não é ilegal nem inconstitucional, por se tratar de um serviço de utilidade pública, sob o controle da Administração pública, devendo o interessado observar as regras regulamentadora do serviço (TJMT,Apel.Cível 21.686-Classe II – 19- 2ª Câmara Civil-DJMT. 17.06.1999).

Assim sendo, em razão do não preenchimento da exigência do artigo 3º IX, da lei 3.508/01, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do mototaxista Sr. **JOSÉ MARTINS DE ARAÚJO**.

Este é o parecer.


João Batista de Oliveira
Secretário de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano

Rondonópolis (Mt) 23 de Maio de 2005.

Parecer -032/2005**INTERESSADO: FLÁVIO ROSA GOMES****Requerimento protocolado nº. 1604 – 29/04/2005**

Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat- Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, da parecer a respeito do processo de **renovação (recadastramento)** do moto – taxista Sr: **FLÁVIO ROSA GOMES**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos, Cópia da Carteira Nacional de Habilitação, de registro 00243139307, emitida no dia 30/01/2003, do Condutor **FLÁVIO ROSA GOMES**, nas observações, o seguinte: **VEDADA ATIVIDADE REMUNERADA**.

O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM MOTOCICLETA é **regulamentado pela Lei nº 3.508/01 e o Decreto 3.353**.

A redação do artigo 3º, da referida Lei, estabelece os requisitos a serem preenchidos para que seja autorizado o serviço de mototaxista, por meio de Alvará.

O referido Condutor preencheu todos os requisitos listados no art. 3º da Lei nº 3508/01, porém a CNH deste, veda o exercício da profissão hora requerida, senão vejamos:

"Art. 147. O Candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem:"

"§5º O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito – Contran".

No artigo supra, em seu parágrafo transcrito, fica determinado que o condutor que for exercer atividade remunerada utilizando-se para tanto, sua Carteira Nacional de Habilitação, deverá constar na mesma tal especificação.

Como existe especificação na CNH, que é vedada atividade remunerada, então o próprio DETRAN-MT impede que o mesmo exerça a função ora pleiteada.

O transporte de passageiros está delineado no rol de serviços de utilidade pública, posto que Administração presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (Concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

Tem-se daí que não se pode deixar de concluir que os serviços públicos são serviços concedidos para o público e que os concessionários ou quaisquer outros prestadores de tais serviços a este título são servidores da sociedade.

E como tal à administração deve ter em meta não só aqueles que vão explorá-los ou viver de sua atividade, mas em especial o cidadão usuário, para que esteja assegurado de sua integridade física durante a utilização de tais serviços.

Com a restrição do DETRAN-MT, informando que o referido condutor não pode exercer atividade remunerada.

Assim sendo, em razão da expressa determinação do DETRAN-MT, impedindo que o referido condutor exerça atividade remunerada, a qual necessite da CNH para a função, fica indeferida a renovação da autorização (recadastramento) do moto – taxista o Sr. **FLÁVIO ROSA GOMES**.

Este é o parecer.


João Batista de Oliveira
Secretário de Trânsito, Transporte e Desenvolvimento Urbano

Rondonópolis (Mt) 23 de Maio de 2.005.

Parecer -033/2005**INTERESSADO: NÉLIO FÁRIA DE ÁVILA****Requerimento protocolado nº. 1923 – 30/04/2005**

Objeto: Requer renovação da autorização (recadastramento) referente o ano de 2.005, conforme determina a portaria interna de nº 058/2.005, obedecendo à lei 3.508/2.001 e decreto de nº 3.353/2.001.

Setrat- Secretaria Municipal de Transporte Trânsito, profere parecer a respeito do processo de **renovação (recadastramento)** do moto – taxista Sr: **NÉLIO FÁRIA DE ÁVILA**, que pretende continuar exercendo atividade no sistema individual de moto-táxi.

Consta nos Autos: **Certidão nº 6340** do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ações Criminais promovida contra o Sr: **NÉLIO FÁRIA DE ÁVILA**; distribuído em 30/04/2003 para Quinta Vara (Juizado Especial), registrado na Escrivania no livro: Processo número 2003/52. Código: 311185, Ação Crime - Espécie: Cp – Lesão Corporal, Inquérito Policial Número: 2002969.

Autor (a): Ministério Público

Obs: Existem Outras Partes Autoras.

Denunciado no art. 129, "Caput", c/c art. 163, do C.P.

Certidão nº 6340 do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ações Criminais promovida contra o Sr: **NÉLIO FÁRIA DE ÁVILA**; distribuído em 26/06/2003 para Quinta Vara (Juizado Especial), registrado na Escrivania no livro: Processo número 2003/72. Código: 311698, Ação Crime - Espécie: Cp – Lesão Corporal.

Autor (a): Ministério Público

Denunciado no art. 129, "Caput" do C.P.

Certidão nº 6340 do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ações Criminais promovida contra o Sr: **NÉLIO FÁRIA DE ÁVILA**; distribuído em 30/09/2003 para Quinta Vara (Juizado Especial), registrado na Escrivania no livro: Inquérito número 2003/1801. Código: 320640, Ação Crime - Espécie: Lcp – Vias de Fato.

Autor (a): Justiça Pública

Obs: Existem Outra Partes Autoras.

Certidão nº 6340 do Cartório Distribuidor desta Comarca, onde constou a existência de Ações Criminais promovida contra o Sr: **NÉLIO FÁRIA DE ÁVILA**; distribuído em 28/11/2003 para Quinta Vara (Juizado Especial), registrado na Escrivania no livro: Inquérito número 2003/2140. Código: 325581, Ação Crime - Espécie: Cp – Ameaça.

Autor (a): Justiça Pública

Obs: Existem Outra Partes Autoras.

SETRAT – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Desenvolvimento Urbano

DETRAT – Departamento de Transporte e Trânsito

Avenida Cuiabá nº 1.760- Centro – Fone: 0XX (66) 411-5300 – CEP. 78 700.190 – Rondonópolis-Mt.